
Apresentação

Duas décadas de *Estudos Semióticos**

Ivã Carlos Lopesⁱ

Adriana Elisa Inácioⁱⁱ

Renata Cristina Duarteⁱⁱⁱ

Quando, nos idos de 2005, o Grupo de Estudos Semióticos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) lançou a edição inaugural da revista *Estudos Semióticos* — no velho HTML dos *websites* de então —, contendo seis artigos, quase todos assinados por pós-graduandos aqui mesmo do Programa de Semiótica e Linguística Geral, não sabíamos que condições viriam pela frente nem sequer se a empreitada seria bem acolhida pelos colegas, pois, de fato, não tínhamos grande coisa além de um desejo de contribuir, fosse como fosse, para a difusão e o avanço das pesquisas semióticas em andamento. Sem pretender traçar aqui um balanço em pormenor do trecho percorrido desde então, o que demandaria um texto de mais longo fôlego, vamos só assinalar algumas aquisições durante a trajetória dessas duas décadas. A revista foi construindo, passo a passo, uma plataforma de difusão *online* das ideias semióticas, alargando o leque dos objetos contemplados, das perspectivas teóricas e das regiões de origem dos autores, que inicialmente eram “paulistas demais”, porém houve evolução nesse quadro.

Ir além de São Paulo, essa era uma das metas que nos propusemos desde o início, pensando em um duplo movimento, “para dentro” do território brasileiro e, simultaneamente, “para fora” dele. A revista procurou veicular as investigações semióticas produzidas em um número crescente de centros de pesquisa pelo Brasil adentro. Ao mesmo tempo, trabalhamos, em especial nos anos recentes,

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2025.236165>.

ⁱ Editor responsável. Docente do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: lopesic@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0153-1949>.

ⁱⁱ Editora responsável. Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: adriana.inacio@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2510-7659>.

ⁱⁱⁱ Coordenadora de edição. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCLAR-UNESP), Araraquara, SP, Brasil. E-mail: duarte.renatac@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0761-1691>.

pelo incremento (i) da presença dos semioticistas estrangeiros entre nós, e (ii) da presença dos daqui nos espaços do exterior.

Com efeito, no Brasil os estudos semióticos, desde sua implantação em finais da década de 1960, permaneceram demasiado tempo confinados, salvo raras exceções, à circunscrição geográfica do Estado de São Paulo e, ainda assim, restritos a umas poucas cidades onde surgiram centros duradouros dessa área, como São Paulo e Araraquara ou, ainda que de forma menos constante, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Carlos. Num quadro assim, foi longa a nossa espera de, e a nossa torcida por, alguma desparoquialização dos trabalhos semióticos. A ampliação das universidades e do contingente de estudantes no país, impulsionada no breve intervalo de prosperidade econômica e progresso social dos anos 2003 - 2013, acabaria favorecendo, felizmente para todos, a criação de novas células de pesquisa e formação em semiótica. Centros como os da UFMG-Belo Horizonte, da UFF-Niterói, da UFC-Fortaleza, da UFMS-Campo Grande, entre outros, trouxeram maior movimentação e ânimo renovado à área. Pouco a pouco, foram aumentando as contribuições vindas de outros locais, enriquecendo nossas páginas com os saberes gerados em uma paleta alargada de regiões e com um quadro também mais diversificado de bagagens disciplinares entre os autores. Entre as muitas transformações no correr do tempo, merecem ser lembradas as alterações na frequência das nossas edições: de início, apenas um número anual; dois números, a partir de 2009; e, desde 2017, três edições em cada temporada.

No ano de 2024, a revista cruzou em agosto o marco dos seiscentos trabalhos publicados. Isso pode parecer bem pouco se nos pautarmos por domínios disciplinares mais densamente povoados ou com outras dinâmicas de publicação, sobretudo nas áreas tecnológicas, tecno-industriais, etc., submetidas à constante pressão da “inovação”, quando não dos imperativos econômicos, estratégicos, geopolíticos, que fazem as coisas correrem para a frente custe o que custar, impondo outros procedimentos de pesquisa e difusão. Mas, para os semioticistas, desde sempre uma pequena tribo que intervém principalmente nas humanidades, seiscentos artigos não são um acervo desprezível, muito embora, do nosso ponto de vista, a quantidade de material dado a público não seja mais relevante do que a manutenção do nível de exigência sobre o teor dos textos que aqui se leem. Com o passar dos anos e a generalização da norma do *publish or perish*, a filtragem operada por nossos avaliadores, em face do aumento do afluxo de manuscritos, que nem sempre estão à altura de um bom periódico científico, teve de se tornar mais e mais vigilante. O próprio elenco dos examinadores tem sido dilatado, a revista solicitando pareceristas *ad hoc* em função das ancoragens temáticas dos artigos recebidos. Erros e acertos pontuam a cronologia dessas duas décadas, mas é fato que a *Estudos Semióticos* vem aos poucos se aprimorando e é, antes de mais nada, graças à zelosa dedicação dos participantes

da equipe editorial, todos trabalhando benevolmente, com quem aprendemos muito.



Uma faixa do álbum *Sobrevivendo no inferno* (1997), intitulada “Fórmula mágica da paz”, é analisada no primeiro artigo da presente edição por Lucas Rony Araújo Pereira de Souza e Eliane Soares de Lima (UFF, Niterói, RJ), que destacam a letra desse *rap* dos Racionais MC's como peça representativa do difícil caminhar de uma transformação de maior envergadura na vida social, a saber, a passagem de uma tradicional imagem disforizante dos “sujeitos da periferia” em direção a uma imagem fundamentada no brio e na honradez daqueles que enfrentam inúmeras dificuldades concretas na sua condição social e econômica, mas não deixam de lutar por uma vida digna. Em “Fórmula mágica da paz”, Edi Rock e Mano Brown, os compositores, falam de situações corriqueiras na crônica das periferias das grandes cidades brasileiras, em um cotidiano de pobreza, ausência quase total de Estado, segregação e violência explosiva, pondo em cena um sujeito também periférico que relata os acontecimentos em primeira pessoa, por ser participante da vida local, mas Souza e Lima advertem, na análise da letra, que desse “eu” emerge um “nós”, e assim se vai percebendo que os desafios enumerados pelos Racionais nessa faixa do disco ultrapassam a dimensão do indivíduo rumo ao grupo. Do estímulo à autoestima do jovem periférico — se se detivesse nisso, poderia não ser mais do que estereotipada mensagem de autoajuda como tantas outras — ao convite para uma tomada de consciência coletiva num mundo de desigualdades extremas, aí se revela o compromisso político do *rap* dos Racionais, que pode até servir de entretenimento, mas não é sem propósito nem sem consequência, como demonstra singularmente a trajetória da banda há mais de trinta anos.

É também do universo das canções, e igualmente focalizando, nestas, a letra, que trata o estudo de Marcelo Eduardo da Silva e Geraldo Martins (UFMS, Campo Grande, MS), “Pessoa, tempo e espaço estranhos: uma abordagem enunciativa de letras de Arnaldo Antunes”. De diferentes álbuns do compositor paulistano, os autores selecionam três canções, “Fora de si”, “Amanhã só amanhã” e “O buraco do espelho”, em que observam a maneira como Antunes pôs em cena os elementos da enunciação: pessoa na primeira composição, tempo na segunda e espaço na última. A cada vez, alguma coisa se desloca em relação ao que um uso habitual dessas coordenadas teria trazido, alguma coisa pede uma desautomatização da parte do enunciatário, se ele quiser entender o que está sendo dito, alguma coisa sai do lugar (ou do momento, ou do sujeito). Nesses deslocamentos entre o aqui e o lá, entre a pessoa e a não-pessoa, entre o enunciativo e o enuncivo, que os autores analisam detidamente, Arnaldo Antunes maltrata um tanto as concordâncias e coesões previsíveis, o que lhe permite criar muito, fazendo uso de poucos meios, quase como quem estivesse apenas numa

conversa corriqueira — mas não está. “Eu tendo a gostar das manifestações de linguagem que são desdramatizadas e excitantes no sentido dessa potência individual, que se reflete também numa potência em relação à linguagem. Na atitude que se tem diante da linguagem. Na liberdade para experimentar e para quebrar regras formais, ou para gerar associações inusitadas. Ou subverter a sintaxe convencional, ou criar novos vocábulos”, diz ele numa entrevista¹. De fato, as letras aqui destacadas desvendam algumas das manifestações da liberdade criativa desse artista, mostrando, no trabalho com cada uma das categorias da enunciação, os procedimentos mobilizados para produzir esses efeitos.

A propósito da obra ficcional do escritor venezuelano Rómulo Gallegos (1884 - 1969), a crítica habitualmente aponta, entre suas temáticas reiteradas, o conflito entre “barbárie” e “civilização”, como parte dos dramas de uma América Latina em acidentado percurso rumo a uma modernização diversa daquela que experimentaram outras sociedades em latitudes distintas. Mas a pura projeção desse conflito sobre a obra do célebre ficcionista, sem mais, pode corresponder a uma solução de “*ratio facilis*” deixando, talvez, escapar precisamente os matizes de maior relevância para a compreensão de seus escritos. Sem negligenciar os aportes da fortuna crítica do autor venezuelano, mas cuidando de evitar simplificações desmedidas, José Horacio Rosales Cueva (Universidade Industrial de Santander, Bucaramanga, Colômbia) relê, no artigo aqui incluído, o conto “El crepúsculo del diablo” (Rómulo Gallegos, 1919), suspendendo qualquer juízo prévio acerca da dita contraposição semântica, mas examinando o texto com rigor e disposição para a descoberta. Em sua abordagem, na qual se reconhecem contributos literários, filosóficos e semióticos, vale-se da distinção entre *studium* e *punctum*, proveniente dos conhecidos trabalhos de Roland Barthes sobre a linguagem da fotografia, porém retrabalhada, noutra chave interpretativa, em obra posterior de Paul Ricœur (*Du texte à l'action*, 1986): sob o primeiro termo, Rosales Cueva decifra a arquitetura semiótica interna ao texto de Gallegos em seus diferentes níveis e, sob o segundo, investiga o modo como as tensões sociais e culturais da época se deixam reconhecer no próprio enunciado verbal de “O crepúsculo do diabo”. Sua análise o conduz a pensar que, na verdade, o conto em tela não nos traz uma pura reprodução da dualidade recorrentemente destacada pela crítica; mais do que isso, encena, sobre o pano de fundo sacrificial da figura do bode expiatório, a defrontação de dois sistemas axiológicos imperfeitos — dentro de uma realidade social em curso de metamorfose — que nos falam do ocaso de uma apreensão mítica do mundo na vida de uma população manipulada por um poder autoproclamado civilizado, cuja violência não tardará a se mostrar em toda a sua crueza.

Após um recapitulativo sobre os quatro âmbitos em que se pensa, ao abordar a esfera de práticas discursivas do Direito — a saber, discurso normativo,

¹ Entrevista de Arnaldo Antunes a Arthur Nestrovski, Francisco Bosco e José Miguel Wisnik. In: ANTUNES, Arnaldo. *Como é que chama o nome disso: antologia*. São Paulo: Publifolha, 2006, p. 349.

discurso burocrático, discurso decisório e discurso científico —, Eduardo C. B. Bittar (Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, USP, São Paulo, SP) plantea uma interrogação sobre a maneira como se deve alargar o estudo de forma que ele abarque também a didática do Direito, e não apenas a sua ciência tal como tradicionalmente reconhecida. A hipótese que ele submeterá à prova, em seu artigo “Semiótica do discurso didático em Direito: a prática pedagógica, a palavra e o espaço didático”, é a de que a didática pode ser adicionada àqueles âmbitos como um território a mais, estando marcada (i) pela proximidade com o discurso científico da área, do qual ele constitui o complementar; (ii) pela sua condição de programa de uso frente ao programa de base, o da ciência; (iii) pela sua carga modal, que se traduz em um *poder-fazer-saber*, quaisquer que venham a ser os investimentos semânticos dos programas adotados nas instâncias de ensino. Ademais, o articulista assinala o contraste entre, de uma parte, a tecnicidade e especialização do discurso científico do Direito, cujo acesso raramente está aberto aos leigos, e, de outra parte, e o discurso didático na matéria, que atua para abrir as portas desse universo a um contingente mais amplo de interessados e que cumpre um papel vital para a própria continuidade e renovação da comunidade dos juristas. Operações de triagem nas exigências da racionalidade própria à especialidade, operações de mistura em direção à admissão de um coletivo expandido. Lançando mão da noção de transposição didática, inspirada nos trabalhos de Yves Chevallard, o autor comenta as transições necessárias no processo de passagem do saber científico ao saber ensinado, para depois percorrer certas contribuições igualmente pertinentes sobre a questão, sob o ponto de vista dos analistas do discurso, dos estudiosos da retórica e dos semioticistas.

O trabalho proposto pelo professor Bittar inclui, nas páginas subsequentes, uma estimulante reflexão sobre a prática didática na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, centro histórico de São Paulo — cena prática, espaço físico e lugar simbólico, palco de tantas disputas desde o tempo do Império —, à luz das pesquisas já efetuadas por outros semioticistas ao focalizar outros espaços institucionais, mas igualmente à luz de sua consolidada experiência pessoal como docente da casa, assumindo, nessa seção do artigo, os papéis simultâneos de testemunha participante e de analista capaz de tomar distância cognitiva da cena imediata para melhor apreender-lhe os sentidos. O leitor saberá apreciar o proveito tirado dessa pluralidade de visões, que dificilmente algum outro articulista poderia encarnar.

O artigo “Um percurso de naturalização da violência contra professores”, de Ana Carolina Cortez Noronha (Unesp, Assis, SP), propõe uma reflexão profunda e necessária sobre os mecanismos discursivos que contribuem para a legitimação simbólica da violência dirigida aos docentes no Brasil. A partir da análise de textos sincréticos veiculados em mídias digitais e redes sociais no ano de 2019, a autora investiga como determinadas homenagens — a exemplo da

celebração do Dia dos Professores naquele ano — podem operar como instrumentos de violência simbólica, ao exaltar o sacrifício e a morte de uma professora como exemplo profissional.

Ancorada na teoria semiótica discursiva de linha francesa, a pesquisa constrói um percurso gerativo de sentido que revela a oposição entre os valores de “sagrado” e “profano”, desvelando as implicações da associação entre o magistério e o martírio, especialmente quando entrelaçada ao gênero e ao contexto sociopolítico de intensificação da violência. Em um cenário marcado por ataques sistemáticos ao trabalho docente, o artigo lança luz sobre como representações aparentemente enaltecidas podem, na verdade, reforçar narrativas de naturalização da precariedade e da violência na educação. Nesse sentido, o texto de Noronha contribui significativamente para os estudos discursivos, ao mesmo tempo em que se insere em um debate urgente sobre os sentidos que atravessam as práticas de reconhecimento — ou de silenciamento — dos profissionais da educação. Um trabalho que dialoga com a crítica social, a análise semiótica e a luta por justiça simbólica para os professores no país.

O artigo “Alternância ou coexistência? Análise semissimbólica em Língua Brasileira de Sinais”, de Suelismar Mariano Florêncio Barbosa (USP, São Paulo, SP) e Sebastião Elias Milani (UFG, Goiânia, GO), apresenta uma análise profunda das dimensões semióticas envolvidas na Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizando a teoria semiótica francesa, com base nos estudos de Floch (1985) e Pietroforte (2004, 2017). O objetivo principal da pesquisa é investigar as implicações da mobilização semissimbólica para o sentido global de textos em Libras, focando especificamente no videopoema *Como veio a alimentação* (2018), da autora surda Fernanda Machado.

A análise apresentada pelos autores propõe uma reflexão sobre a homologação entre conteúdo e expressão nos textos sinalizados em Libras, buscando compreender como as categorias de ambos os planos da linguagem se inter-relacionam e contribuem para a construção do sentido no contexto da comunicação visual e gestual. Ao discutir essas relações semissimbólicas, o artigo conecta o processo linguístico aos conceitos de manifestação estética presentes nos Estudos Surdos, destacando a relevância da Língua Brasileira de Sinais como uma forma legítima e poderosa de expressão cultural e artística. Os resultados da pesquisa contribuem para os estudos recentes sobre a literatura em Língua de Sinais e demonstram a importância de entender como a instância enunciativa atua nas coerções semissimbólicas para gerir os valores discursivos durante a comunicação.

Ao explorar as especificidades da modalidade visuoespacial de Libras, os autores ampliam o conhecimento sobre as possibilidades criativas e impactantes dessa língua, incentivando uma apreciação mais profunda da riqueza comunicativa das Línguas de Sinais. Esse estudo, portanto, oferece uma análise detalhada dos fenômenos semissimbólicos em Libras, contribuindo para a teoria

semiótica de linha francesa e ampliando o entendimento da complexidade da textualização na comunicação surda. Ele revela, ainda, o potencial da Libras como uma linguagem não apenas funcional, mas também profundamente expressiva e criativa, que ressignifica e reinventa os limites da comunicação.

O artigo “A bricolagem enunciativa na quebra da quarta parede: uma cena de telenovela sob análise semiótica”, de Antonio Lemes Guerra (UEL, Londrina, PR), Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello Junior (USP, São Paulo, SP) e Ana Paula Pinheiro da Silveira (UEL, Londrina, PR), oferece uma instigante leitura da linguagem audiovisual a partir da Semiótica Discursiva, com especial atenção à dinâmica enunciativa instaurada em uma cena da telenovela *Renascer*.

A investigação centra-se no recurso da quebra da quarta parede — percebida no texto em análise quando o personagem dirige seu olhar diretamente à câmera — como mecanismo de deslocamento e reorganização dos papéis enunciativos, acionando diferentes camadas de projeção entre enunciador e enunciatário. Amparado nos conceitos de embreagem e debreagem, o estudo evidencia a complexidade da construção do sentido em práticas midiáticas televisivas, ao revelar como a cena em destaque opera uma verdadeira bricolagem enunciativa, combinando, desse modo, elementos visuais, discursivos e técnicos que produzem efeitos oscilantes de subjetividade/objetividade e presentificação/absenteização.

A articulação entre diferentes níveis de presença e de pontos de vista, mediada por recursos próprios da linguagem audiovisual, demonstra a potência das estratégias semióticas na composição de cenas narrativas que transcendem a linearidade clássica. Desse modo, ao evidenciar a bricolagem enunciativa como traço central da cena — por meio da interação direta com o público, da sobreposição de planos narrativos e da instauração de temporalidades múltiplas — o artigo contribui de forma significativa para o aprofundamento dos estudos da enunciação audiovisual. Além disso, valida o uso da “quebra da quarta parede” como operador semiótico potente, capaz de ampliar os modos de produção de sentido na linguagem televisiva contemporânea.

Em seu artigo “O cinema sob as lentes da linguística: diálogos conceituais”, Fernando Martins Fiori (UFSCar, São Carlos, SP) procura refletir acerca da elaboração de uma linguagem do cinema a partir de certos conceitos fundamentais da linguística estruturalista.

Tomando a semiologia cinematográfica de Christian Metz como principal referencial teórico, o autor aborda, em primeiro lugar, a relação entre o *signo saussuriano* e o *plano cinematográfico* — que se pode definir, em linhas muito gerais, como qualquer sequência fílmica que se estabeleça entre dois cortes. Percorrendo uma série de exemplos que remontam, inclusive, aos primórdios do cinema e, conseqüentemente, aos primórdios da técnica e da teoria cinematográfica, Fiori evidencia a ideia de plano como unidade mínima de significação — o valor de cada plano (de cada signo ou de cada unidade)

constituindo-se, prevalentemente, a partir da relação estabelecida com os planos anterior e posterior na cadeia sintagmática. O autor destaca, mais adiante, contudo, que é dinâmica — e não estática — a natureza da unidade mínima de significação no cinema: podem-se identificar, por exemplo, em obras produzidas em um único plano, o chamado plano-sequência, diferentes recortes mínimos, que se baseiam, (não sempre, mas) com uma certa frequência, na relação entre as linguagens em sincretismo.

Ainda na esteira do trabalho de Metz, Fiori procura notabilizar, na segunda parte do texto, os mecanismos específicos que possibilitam a produção de sentido no texto cinematográfico. Para o teórico francês, o cinema está para o filme assim como — ou mais ou menos como — a língua está para a fala. Em virtude, entretanto, das particularidades da linguagem cinematográfica (com relação à linguagem puramente verbal), Metz preconiza, sobretudo, a utilização da noção de *código*. Desse modo, a linguagem cinematográfica se constitui, por um lado, como um conjunto de *códigos cinematográficos gerais*, comuns a todos os filmes, e, por outro, como um conjunto de *códigos cinematográficos particulares*, característicos, por seu turno, de um certo gênero ou de um certo estilo.

Em “The *Hobbit* in prose and comics: exploring intersemiotic relations”, Caio Henrique Medeiros Sousa (UFPI, Teresina, PI), Cláudio Augusto Carvalho Moura (UFPI, Teresina, PI) e Josivan Antonio do Nascimento (IFSertãoPE, Santa Maria da Boa Vista, PE) realizam uma instigante investigação a respeito das relações intersemióticas estabelecidas entre o romance em prosa *The Hobbit*, de J. R. R. Tolkien (1937), e sua transposição em romance gráfico, empreendida por Charles Dixon e David Wenzel (1990).

O artigo conta, inicialmente, com uma breve história do desenvolvimento dos quadrinhos (*comics*) nos Estados Unidos da América, destacando a adoção sistemática do termo “romance gráfico” (*graphic novel*), a partir de meados da década de 1980, como um reflexo dos “esforços de certos autores e editores para que os quadrinhos fossem reconhecidos e respeitados como uma forma legítima de arte”. Tal reivindicação, de ordem comercial e artística, foi acompanhada, nas décadas seguintes, de uma outra, de ordem artística e acadêmica: a de que os quadrinhos fossem reconhecidos como *linguagem* ou, mais especificamente, conforme indicam os autores, como um sistema independente de signos, com suas próprias características e regras de funcionamento.

Extrapolando o caráter meramente introdutório, essas primeiras reflexões constituem a base primordial do estudo da transposição do romance em prosa para o romance gráfico — que se inicia, no artigo, com uma observação cuidadosa da relação entre a arte e o texto, no romance gráfico, e também, é claro, entre o romance gráfico e o texto-fonte. E é na esteira dessa observação cuidadosa que os autores se lançam, finalmente, a uma análise dos conceitos fundamentais de *tradução intersemiótica* (Jakobson, entre outros), *adaptação intersemiótica* (Eco,

entre outros) e *transposição intersemiótica* ou *tradução indicial* (Plaza, entre outros). A conclusão final é a de que a noção de *transposição* é a que melhor se aplica à conexão em pauta, entre o romance em prosa de Tolkien e o romance gráfico de Dixon e Wenzel.

O papel crucial da representação gráfica na comunicação eficaz do projeto arquitetônico constitui o ponto de partida do artigo “A semiótica de Peirce aplicada à representação gráfica de arquitetura”. Assim sendo, nesse texto — que fecha com chave de ouro a seção de artigos do presente volume —, Nathália Lia, Lucy Niemeyer e André Carvalho (UERJ, Rio de Janeiro, RJ) analisam, à luz da Semiótica de Peirce, o desenho de arquitetura como *signo*, ou seja, como um instrumento de representação da construção propriamente dita, garantidor, em última instância, do entendimento geral entre as partes envolvidas na realização do projeto.

A estrutura triádica do signo peirceano se aplica ao desenho de arquitetura, segundo os autores, da seguinte maneira: (i) o desenho em si mesmo é o chamado *representâmen*; (ii) a arquitetura idealizada (pretendida ou engendrada) pelo *representâmen* é o *objeto*; e (iii) a imagem mental da arquitetura, antecipada ou concebida pelo interpretador, é, finalmente, o *interpretante*. Procedendo, em seguida, a um aprofundamento dessa premissa geral, os autores analisam, separadamente, o desenho arquitetônico imaginativo — que retrata o objeto arquitetônico por meio de “informações pictóricas que remetam à sua aparência, de forma que seus atributos físicos possam ser visualizados ou, ao menos, imaginados” — e o desenho arquitetônico notacional — que “corresponde a um tipo de representação cifrada, codificada e regida por normas e convenções”. Mobilizam-se, primordialmente, nesse momento da análise, as três categorias peirceanas de processamento do signo, a saber, a *Primeiridade*, a *Secundidade* e a *Terceiridade*.

Inauguram-se, por meio dessa reflexão original, novos caminhos e perspectivas de estudo da representação gráfica na arquitetura, sobretudo, é claro, com relação à comunicação do projeto arquitetônico.

Fechando o presente número da revista *Estudos Semióticos*, apresenta-se a resenha de Carolina Lindenberg Lemos (UFC, Fortaleza, CE) do livro *L'Énonciation. Évolutions, passages, ouvertures*, de Marion Colas-Blaise, importante professora de linguística e semiótica na Universidade de Luxemburgo.

De início, vale salientar que a teoria semiótica tem se consolidado, ao longo dos anos, por meio de diversas abordagens teóricas que ampliam sua compreensão sobre as dinâmicas de produção e recepção de sentidos. No contexto brasileiro, a noção de enunciação — conceito central do livro em destaque —, por exemplo, foi decisivamente delineada por autores como José Luiz Fiorin, cujas obras marcaram uma era, especialmente com *As astúcias da*

enunciação (2002), que aprofundou a perspectiva de Émile Benveniste, ampliada por Greimas e outros semioticistas.

Nesse cenário, o livro de Marion Colas-Blaise, propõe uma abordagem inovadora, oferecendo uma série de discussões teóricas, críticas e analíticas que têm o poder de expandir os limites do campo e reconfigurar a forma como entendemos a enunciação, seus efeitos e suas potencialidades. A obra, estruturada em quatro partes, abrange uma abordagem multifacetada que busca integrar diferentes correntes teóricas da semiótica, mantendo uma forte base analítica. Colas-Blaise não apenas resgata e aprofunda conceitos clássicos, mas também os atualiza, estabelecendo um diálogo fluido entre a semiótica tradicional e novas perspectivas contemporâneas.

Em suma, *L'Énonciation. Évolutions, passages, ouvertures* é um convite a repensar a enunciação e suas implicações para os estudos semióticos, além de fornecer um panorama de como essa temática se atualiza e se reinventa diante de novos desafios. A obra é, portanto, um marco importante para aqueles que desejam explorar com profundidade os fenômenos de enunciação e seu papel na formação dos sentidos no discurso. Portanto, a presente resenha é um tributo ao trabalho de Colas-Blaise, que, ao combinar rigor teórico e análise empírica, oferece um livro imprescindível para o avanço do campo da semiótica no Brasil e no exterior.

A passagem dos vinte anos, pouco menos ou pouco mais, costuma ser vista como o início da maioridade, mas a comparação é inexata no caso da *Estudos Semióticos*. Vários números do periódico estão dedicados à obra de destacados semioticistas de um passado próximo ou remoto, o que fizemos e seguimos fazendo de caso pensado, por saber que não se avança verdadeiramente sem a memória das obras de ontem. Isso posto, que ninguém se engane: não estamos aqui para promover necrológio nem museologia. Temos um bocado de caminho pela frente. Se pudermos comparar o desenrolar das pesquisas semióticas a uma peça musical, como por exemplo uma sonata, temos de admitir que, por ora, não conhecemos mais que seu prelúdio. Para nós, a semiótica, hoje, ultrapassa em muito a ideia nebulosa de algum horizonte de inquietudes ou de algum estilo peculiar de teorização: projeto coletivo, ela é uma disciplina — com múltiplas correntes de pensamento — nos quadros da ciência contemporânea e, como tal, precisa de cursos, implantação universitária em todos os níveis, intercâmbio de diferentes equipes de pesquisadores, colóquios, debates, livros especializados, publicações periódicas, diálogos com outras áreas. Coisas boas já apareceram, cabeças geniais já intervieram, aprendemos um tanto, mas pensamos que a melhor semiótica ainda está por vir e ela terá de ser inventada. Para isso queremos contribuir. ●

 **The first two decades of *Estudos Semióticos***

 LOPES, Ivã Carlos

 INÁCIO, Adriana Elisa

 DUARTE, Renata Cristina

Como citar este artigo

LOPES, Ivã Carlos; INÁCIO, Adriana Elisa; DUARTE, Renata Cristina. Duas décadas de Estudos Semióticos. *Estudos Semióticos* [online], vol. 21, n. 1. São Paulo, abril de 2025, p. i-x. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

LOPES, Ivã Carlos; INÁCIO, Adriana Elisa; DUARTE, Renata Cristina. Duas décadas de Estudos Semióticos. *Estudos Semióticos* [online], vol. 21, issue 1. São Paulo, April 2025, p. i-x. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

